



REDACÇÃO PRINCIPAL
ALEXANDRE VIEIRA
Propriedade da Confederação Geral do Trabalho
EDITOR — JOAQUIM CARDOSO

Redacção, administração e tipografia, Calçada do Combro, 38-A, 2.º
Lisboa — PORTUGAL

Endereço telegráfico: Taltaba-Lisboa — Telefone 5339 O.

Officinas de impressão — Rua da Atalaia, 114 e 116

BATALHA

DIÁRIO DA MANHÃ — PORTA-VOZ DA ORGANIZAÇÃO OPERÁRIA PORTUGUESA

A ETERNA QUESTÃO

RESOLVA-SE O PROBLEMA!

Os inquilinos lesados encontram-se em todo o país e nas próprias colónias

Pode dizer-se afoitamente que o problema do inquilinato precisa de urgente resolução, não só em Lisboa, como em todos os grandes centros do país e das próprias colónias.

No entanto, as cidades mais afectadas são Lisboa e Porto. No Alentejo, porém, os inquilinos sustentam uma luta mais forte, tendo chegado a constituir uma associação, *A Fraternal dos Inquilinos*, que pelo manifesto o pela acção tem levado a cabo um trabalho formidável.

Alguns dos bom redigidos manifestos editados pela referida associação já têm sido transcritos na *Batalha*. Porém, — longe da vista longe do coração — se as reclamações dos inquilinos de Lisboa não têm sido atendidas, muito menos as do Porto são ouvidas. Os governantes fingem não saber o que se passa.

Nos vamos, entretanto, metendo-lhes bem em frente dos olhos os problemas que não querem resolver. E se algum dia os inquilinos perderem a paciência, enveredando por caminho muito diverso do que até hoje têm seguido, não poderão as entidades superiores alegar ignorância.

Os ânimos estão exaltados, os inquilinos ante os maneios sordidos dos proprietários começam a agitar-se. Agitam-se em Lisboa, no Porto e na África escapa à justa indignação. Por enquanto nem os governantes, nem o parlamento, ninguém dos que estão por cima, empoleirados nos seus fauteuils ministeriais e parlamentares, se dignou lançar um olhar para a questão, fazer a mais leve alusão nos seus discursos empolados, a este magno assunto.

Paciência, por mais alguns dias. E depois nos convencemos que só vindo o inquilinato em massa bradar por justiça em plena praça pública, os governantes se lembrarão que há um problema importante a resolver — não o do inquilinato — mas sim o da ordem.

Que nos venham dizer agora que a desordem não é geralmente consequência do desleixo dos governantes.

Como acima dissemos, no Porto os inquilinos não estão contentes. Achamos oportuno transcrever alguns elucidativos períodos do manifesto editado pela *Fraternal dos Inquilinos* daquela cidade:

Para esses senhores, quanto venha coarctar-lhes o sagrado direito de propriedade, não tem outro nome que não seja o de sacrilégio. Os que não podem

ou não querem respeitar a sua soberania absoluta, que formulam justificadas objecções ou formais recusas às pretensões de elevar as rendas, são cúmplices da lei nefanda, não passam de ladrões protegidos pelo Estado; e, portanto, contra eles todas as armas são boas. E por isso que os donos e sub-donos de prédios urbanos não escrupulizam na escolha delas.

Convém fazer notar que, neste género de extorsões, os senhores mais ricos são geralmente os mais ferozes. Os que têm maiores rendimentos, os mais ávidos. E, assim, assistimos surpresas e atónias a este espectáculo a um tempo imoral e ridículo, criminoso e vexatório, em que vemos pobres diácos, trémulos e humilhados, irem todos os meses levar, além das rendas devidas, alguns suados escudos a ricos *entregonhados*, que, por causa da decência, nem sequer deles passam recibo.

Deste modo a infâmia não deixa ras-

trarem a lei é violenta.

Respondemos que as suas sanções são ainda insuficientes para obrigar locatários e sub-locatários de prédios a respeitá-la. Pelas malhas dos dez ou onze artigos das disposições especiais tem passado toda a sorte de abusos e tranqueiras, para lhes não dar outro nome. Digam-nos quantos dos transgressores das taxativas imposições, que nele se contem, sofreram a pena de desobediência qualificada.

Não nos sabemos de nenhum. Muito pelo contrário, tem várias vezes chegado até nós a notícia de singulares facilidades que os contraventores encontram nos tribunais. Mas que fosse violenta.

A violência não é pecha que se possa pôr a uma lei quando ela traduz uma necessidade social, quando tem um fundo de justiça e não ofende a equidade.

O Estado tem obrigação de facilitar a vida dos que trabalham, contribuindo para a resolução dos tremendos problemas que nesta hora angustiosos os assobram: o problema da alimentação, o problema do vestuário, o problema da habitação.

Termina com uma grande verdade este manifesto, verdade que aqui temos bastas vezes proclamado bem alto:

O povo não pode viver na rua nem pode estar sujeito a todas as exigências materiais que os senhores lhe queiram fazer. E isto que é preciso ter-se em vista.

Como se vê a questão avoluma-se cada vez mais. Não estamos sós em campo. Todos os lesados, mesmo os que ainda não se manifestaram, estão connosco. A vida do inquilino é febril. Um facto qualquer pode fazer surgir de súbito toda a irritabilidade que se encontra ainda num subsoço que os governantes devem sentir estremer, não se querendo convencer porém de que o povo pode obrigá-los a agir consoante a sua vontade, em harmonia com as necessidades urgentes que se vão acumulando.

No teatro do Ginásio

O festival de "A Batalha"

Um magnífico espectáculo

Podemos já hoje publicar o programa completo da grandiosa festa que na próxima sexta-feira se realizará no teatro do Ginásio por iniciativa dum grupo de amigos nossos a favor deste jornal. Como se vê, trata-se dum espectáculo esplêndido, exclusivamente composto de bons números.

1.ª parte
Conferência pela camarada Cristino de Carvalho.

2.ª parte
Poesia, de Manuel Ribeiro, recitada pelo actor Joaquim d'Oliveira.

3.ª parte
A peça em dois actos *Cobardias*, em que tomará parte o notável actor Alves da Cunha. Trata-se dum drama psicológico, genialmente entrecido de episódios emocionantes, que a quando da sua primeira representação provocou em Lisboa grande entusiasmo.

A comissão previne os camaradas que lhe fizeram pedidos de bilhetes de que considera sem efeito esses pedidos se até o dia de hoje não forem levantados e pagos os bilhetes marcados. Estes serão cedidos a outros camaradas que não tem entradas ainda.

A comissão pede também aos vários organismos sindicais que depositem na administração de *A Batalha* os seus estandartes, destinados a ornamentar a sala do espectáculo.

Partido Comunista

Pedem-nos a publicação da seguinte carta:

«Com referência à local inserta em *A Batalha* de ontem, em que o camarada Amantino do Nascimento declara não ter autorizado a inclusão do seu nome na lista dos corpos administrativos do P. C. P., tenho a declarar que não é verdadeira tal asserção. Se o aliado camarada ficou irritado por não ter tomado posse do seu cargo na quinta-feira última, não significa isso que não tivesse dado ao ao nosso procedimento. Lembremo-nos até de que esse camarada só tomara posse depois dum certo companheiro a ter tomado. Assim é que está certo: *J. Nascimento*, secretário da comissão organizadora.

CONSELHO JURÍDICO da C. G. T.

Devem reunir todos os membros deste Conselho, no próximo domingo, pelas 13 horas prefixas, a fim de resolver assuntos de alta responsabilidade para este Conselho Jurídico.

As perseguições em Espanha

Na Associação dos Corticeiros do Barreiro realizou-se há dias uma sessão contra a reacção em Espanha, que esteve muito concorrida.

Falaram vários camaradas, que expuseram à assembleia as monstruosas práticas da burguesia espanhola contra o operariado, sendo aprovada uma moção de protesto em que os operários corticeiros manifestavam a sua condenação aos actos despóticos do reaccionarismo.

A GREVE

DOS

Trabalhadores dos jornais

Aos tipógrafos da província

Não tendo ainda desistido do propósito de esmagar o movimento grevista as empresas jornalísticas, na impossibilidade de arranjar em Lisboa tipógrafos dispostos a traírem os seus colegas em greve, recorrem agora ao aliamento de compositores do Porto, Coimbra e outras terras, fazendo-lhes vantajosas promessas, que não pensam em cumprir.

Acham as empresas que os compositores dos outros pontos do país são menos dignos que os seus camaradas de Lisboa e, assim, apelam para eles, a fim de conseguirem o seu revoltante intento.

Repugna-nos acreditar que algum tipógrafo se preste conscientemente a um acto traiçoeiro e, mesmo por isso, não será mau ficar aqui esta prevenção: A greve nos jornais de Lisboa ainda se mantém e manterá até que as empresas negociem com a comissão dos nossos camaradas grevistas.

O apoio do operariado

Na última reunião da Associação dos Corticeiros do Barreiro, foi aprovada uma moção de saudação aos camaradas trabalhadores dos jornais em greve, pelo seu belo movimento.

O atentado contra Dato

Como nos conta a "Rádio" a prisão do autor

MADRID, 15. — Sete agentes de polícia tiveram conhecimento de que estava hospedado na rua de Alcalá, 162, um indivíduo cujos sinais correspondiam aos do assassino do sr. Dato. Escondam-se na casa e capturaram-no de surpresa, evitando assim que o criminoso pudesse fazer uso da arma que trazia no bolso, com a qual podia ter morto qualquer agente.

Apreenderam-lhe uma "Mauser" carregada de dois carregadores de 20 tiros. Trazia consigo duzentas pesetas em dinheiro e um cheque de cinco mil pesetas.

A polícia levou-o fortemente agarrado para a direcção da segurança, onde declarou chamar-se Pedro Mateo, natural de Valle, Tarragona. Declarou-se anarquista, dizendo que fora ele quem assassinou o sr. Dato, contra quem nada tinha pessoalmente.

Reconheceu a motocicleta que foi encontrada em Ciudad Lineal e que lhe tinha servido para cometer o atentado. Utilizava-a desde o princípio de Fevereiro, tendo-a guardado na casa de um ferreiro da "Barriada Prosperidade", utilizando a casa de Ciudad Lineal unicamente para a esconder no dia do atentado. Deu amplas informações sobre os companheiros que o ajudaram a cometer o crime. Disse que no sábado tinham comido juntos numa taberna da Calle de Atocha. O seu cúmplice Leopoldo dormiu na mesma casa em que foi capturado Pedro Mateo.

Depois de fazer estas declarações, trasladaram-no para o Cárcere Modelo, ficando à disposição do juiz especial.

Tinha chegado há dois meses a Madrid, tendo-se ultimamente encontrado com Leopoldo Nóbrega que era quem guiava a motocicleta.

Averiguaram a vida e os costumes do sr. Dato, escolhendo para realizar o crime entre Cíbelos e a praça da Independência, tendo feito ensaios com a motocicleta e calculando que poderiam realizar o crime em doze segundos.

Explicou como se aproximaram do sr. Dato, acercando-se do automóvel deitado, cometendo o atentado sem que ninguém se apercebesse dele e fugindo rapidamente pela calle Serran, Goya, Paseo Castellana, Carretera Hortaizale, até a Ciudad Lineal onde esconderam a motocicleta.

Diz-se que o assassino será julgado pela jurisdição de marinha por o sr. Dato ser ministro da marinha.

Ontem à tarde realizou-se o conselho de ministros sob a presidência de Alendazalazar tratando de assuntos importantes e apresentando o ministro da guerra um projecto para fixação das forças permanentes do exército. — *Rádio*.

Pedro Mateo não come

MADRID, 15. — O assassino do sr. Dato, desde que está preso, não come quase nada, recusando-se que declare a greve da fome como o fez o extinto maire de Cork. — *Rádio*.

As prisões são numerosas

MADRID, 15. — A polícia continua nas suas pesquisas, fazendo numerosas prisões em pessoas portadoras de máquinas fotográficas. Também foram presos os proprietários da pensão onde residia o assassino, bem como os vizinhos.

Na verdade a polícia mostra-se resenhada com a má impressão de que a princípio houve contra ela, prendendo toda a gente. — *Rádio*.

União dos Sindicatos Operários

Refinui ontem, a comissão administrativa, ocupando-se de diversos assuntos, entre eles da situação dos presos por questões sociais e do movimento de protesto contra as arbitrariedades do governo espanhol para com a organização operária.

Ficou também resolvido convocar o conselho de delegados para amanhã, pelas 20 horas.

PRESOS ESQUECIDOS!

Há longos meses que se conservam, devido a complicações de processos, bastantes operários nas masmorras

Que os governantes persigam os proletários que professam ideias libertárias ou defendem os seus interesses materiais, é natural. O que não podemos admitir é o esquecimento, o olvido posposto talvez em que cairam os presos por questões sociais. Há indivíduos encarcerados há longos meses, sem que os seus processos andem nem desandem. Assim se deixam apodrecer em enxovias indivíduos que as autoridades não sabem sequer se de facto estão culpados ou não.

Na impossibilidade de citarmos aqui os nomes de todos aqueles que injustamente se encontram presos, vamos tratar hoje de alguns que mais têm sofrido, sem que isto indique, da nossa parte, esquecimento da causa de todos os outros.

Uma vítima dum "truc" policial facilmente desvendado

Não devem ter esquecido os nossos leitores o célebre caso das bombas encontradas no cesto da companheira de Arsénio José Filipe.

Como se sabe, (o que se pode verificar pelo relato e várias cartas que *A Batalha* publicou) Rosária Joaquina, quando ia visitar o seu companheiro, foi abordada por um indivíduo que lhe entregou um cesto contendo as referidas bombas. Fizemos salientar que se Rosa Joaquina fosse sabedora da existência das referidas bombas dentro do cesto não iria decerto entregá-lo ao guarda para o revistar.

E' um "truc" policial descaradíssimo para iludir os ingénuos.

Poz-se uma pedra sobre o caso. No entanto encontra-se uma casa de família desorganizada, por causa dos divertimentos destes polícias que não tem trolha coisa que fazer, nem ganham para fazer outra coisa que não seja perseguir, mentir e agredir.

Rosária Joaquina está presa há meses, o marido também. E' o Estado, porém, que cuida dos filhos menores que actualmente se vêem privados da protecção dos pais?

Porque não apressa o julgamento dessa mulher que precisa ganhar o sustento dos seus filhos?

Como indignam estas injustiças tremendas, quando se vêem os Alfredo da Silva impando de vaidade, porque perante o dinheiro a lei esquece os princípios falham!

António Nunes Canha, preso há um ano e esperará eternamente pelo julgamento?

António Nunes Canha é uma verdadeira vítima. Há cerca dum ano que se encontra no Linoeiro. O seu processo foi entregue primeiramente aos tribunais civis; por lá andou pelo fundo

das gavetas, por cima das mesas a encher-se de pó, até que concluíram que não devia correr por ali, mas sim pelo tribunal militar, e para este transitou a papelada. No tribunal militar as coisas andam vagarosamente, talvez no intuito de dar tempo aos presos para emagrecer. Depois de aqui se conservar o processo tempos infinitos apurou-se que o tribunal militar nada tinha que ver com o assunto, visto ter-se criado um outro tribunal para essas questões — o de Defesa Social. E transitou o processo do tribunal militar para o de defesa social.

Parcerá à primeira vista que o caso havia de ficar por aqui. Pois não ficou. O Tribunal Scelerado também alijou a carga. E como as autoridades não podiam atirar o processo para o cesto dos papéis ou lançá-lo à rua, mandaram-no entregar ao Supremo Tribunal de Justiça para que este resolvesse por que tribunal havia de ser Nunes Canha julgado.

Ora, se não andasse ligada a existência de um homem honrado a todas estas comédias judiciais, nós riríamos daqui com gosto, palavra. Mas não, não rimos. Indignamo-nos contra esta desorganização (ou organização, como quiserem) judicial. Isto é realmente um país de opereta. Se não é um país de opereta temos que aceitar que a justiça proveja estas demoras para prolongar o sofrimento daqueles que de antemão sabem ser inocentes.

NOVAS DO ORIENTE

A rebelião de Cronstadt

(DA AGENCIA "ROSTA WIEN")

Uma ordem de Trotsky

Trotsky dirigiu no dia 6 do corrente a ordem seguinte às tripulações insurrectas dos navios de guerra:

«Por ordem do governo dos trabalhadores os navios revoltados devem pôr-se imediatamente à disposição do poder dos Soviéticos. Por consequência ordeno: Todos os que se rebelaram contra a sua pátria socialista devem imediatamente depor as armas. Os que resistirem serão desarmados e entregues às autoridades soviéticas. Os comissários e outros representantes do governo dos Soviéticos que se encontrarem com os rebeldes devem ser imediatamente restituídos à liberdade. Usar-se há de clemência apenas para os que se rendem sem condições. Ordenam-se ao mesmo tempo os preparativos necessários para suprimir a revolta com o auxílio da força armada. A responsabilidade dos sofrimentos que estes acontecimentos podem trazer às populações pacíficas, compete aos insurrectos da guarda branca. E' este o último aviso.»

Um manifesto do Sóviete de Petrogrado

Na sessão do Sóviete de Petrogrado, Zinóvief apresentou, na primeira semana deste mês, um relatório detalhado sobre os acontecimentos de Cronstadt. O Sóviete endereçou um apelo aos marinheiros de Cronstadt, mostrando-lhes que são vítimas de agentes franceses e de agitadores social-revolucionários e menchevistas. O manifesto diz ainda que o governo soviético sabe distinguir entre os homens que possam ter sido induzidos em erro, por falta de consciência de classe, e os verdadeiros autores do complot, inimigos jurados da República socialista.

Os chefes rebeldes

O presidente do comité directivo dos rebeldes é o oficial Petrichenko, tendo Orkhov por adjunto. Os secretários do comité são os marinheiros Tushchine e Perepelkin. Também faz parte do comité o antigo padre Putiline, hoje revolucionário da direita. Os chefes visíveis dos rebeldes são o capitão Burzev e o engenheiro Chrédine. Embora o ge-

neral Kozlovski não ocupe qualquer posto oficial, é o supremo chefe do movimento. Os antigos oficiais Koskromitov e Yekhimovsky representam também um grande papel.

A rebelião agoniza

Os oficiais rebeldes, sabendo perdida a sua causa, fazem propaganda em favor da união com a Finlândia. Até os próprios marinheiros insurrectos deserta-vam tal orientação. Sob o ponto de vista militar, a rebelião não constitui uma ameaça para Petrogrado, visto que Cronstadt está dominado pelo forte de Krassnaia Gorka, de onde a vila pode ser bombardeada a todo o momento. O governo não ordenou o bombardeamento de Cronstadt pela razão de querer poupar a população inocente. A guarnição de Krassnaia Gorka é dedicada aos Soviéticos e condena indignamente os processos dos rebeldes.

A mais absoluta ordem reina em Petrogrado. Até aquelas fábricas onde, aqui há tempos, se manifestava uma certa oposição contra o governo dos Soviéticos, apercebem-se agora do perigo que ameaçaria a classe operária se a contrarevolução triunfasse. Um comício, a que assistiram 8.000 marinheiros, votou uma moção a favor do poder dos Soviéticos. Toda a guarnição de Petrogrado fez esta resolução.

O comício rebelde está dividido. Uma parte dos marinheiros sublevou-se contra o general Kozlovski e seus oficiais. O número dos desertores que se afastam de Cronstadt aumenta em cada dia.

A imprensa capitalista espalha notícias fantasiosas sobre os acontecimentos de Cronstadt, fala-se da fuga dos comissários do povo, de revoltas sangrentas em Moscova e Petrogrado, onde o sangue correria a jorros. Estamos, sem dúvida, em presença dum plano geral da reacção mundial. A imprensa capitalista faz da rebelião de Cronstadt, rebelião isolada e local, uma revolta ampla, espalhada em toda a Rússia — tudo isto no evidente intuito de abalar o crédito do governo soviético.

E' sobretudo a opinião pública americana que se procura influenciar, desde que se sabe que o novo governo dos Estados Unidos deseja reatar relações comerciais com a Rússia.

DEBATE DE OPINIÕES

Os princípios sindicalistas

E' com verdadeiro sacrifício que prosseguimos este despretencioso arrazoado. Nas opiniões expostas por alguns camaradas vejo que lhes é antipática esta discussão, preferindo que se faça a Revolução e saia o que saír...

Mas, tendo feito afirmações e prometido justificá-las, assumi uma responsabilidade com que tenho de arrostar para não ficar na contingência de de ser tomado como mentecapto. Prossegamos, pois.

Os princípios sindicalistas são comuns a todas as doutrinas socialistas. Se é crível que os fins justificam os meios, mais propriamente se pode afirmar que os princípios justificam os fins. Aquela asserção é discutível; esta é indiscutível porque é a verdade positivamente demonstrada e o positivismo é, no campo moral, o que o materialismo é no campo físico: a verdade, a evidência demonstrada por si mesma.

Primeiramente sigamos o conselho de Emilio Costa: precisemos os termos para nos podermos entender; porque por princípios cada qual entende o que quer havendo até quem estabeleça tal confusão que chega a apresentar como tais asserções que são puras finalidades.

Não; os princípios das doutrinas socialistas têm uma definição restrita. Eles têm uma relação directa com os fins: são a sua justificação, ou, a guisa de aforismo: os princípios são a razão porque se pretendem os fins.

Um ideal justifica-se com os princípios e não com os meios ou com os fins que se pretendem atingir.

Se os princípios são positivos o ideal que se pretende efectivizar tem o seu triunfo assegurado: se não abstratos não tem o ideal condições de êxito e se o obter é muito efêmero.

O ideal socialista, como diria o amigo Banana, pretende efectivizar-se no meio social e, tendo este e aqueles princípios que os justificam, parece à primeira vista que, sendo ambos positivos, deveriam ser comuns, o que não coadunava com a sua natureza divergente. Realmente, dois fins antagónicos com princípios homogêneos e positivos seria um dualismo de critérios.

O princípio social em todas as fórmulas sociais, extintas, vigentes ou pretendidas, é o Direito.

E' ele o sol à roda do qual gravitam todas as instituições sociais, fazendo de um sistema completo individual, um todo, um corpo cujos órgãos se transformam, mas simultaneamente, sem se desagregarem. E' ele a base de todas as constituições sociais. Foi ele o progenitor da grande revolução cristã; foi ele que amarrou o mundo ao pólo da inquisição; quem inspirou a revolução francesa; quem impulsionou a revolução russa, quem predetermina a próxima revolução na estrutura social. Isto para só falar em alguns dos grandes factos da história, porque ele evidencia-se em todos os domínios.

E o que é o Direito? E' o torto... Imparcialmente definido, o Direito é um conjunto de fórmulas sociais convencionalmente estabelecidas, onde se consignam, por meio da lei escrita, os direitos e deveres dos indivíduos, as regras de sociabilidade. Ou, mais sucintamente: O direito é o contrato social dos povos.

Mas isto é o Direito jurídico, note-se. Se os indivíduos concordam entre si estabelecer determinadas fórmulas de aplicação social, daí advém o Direito jurídico que é a fusão de muitos direitos. No indivíduo reside o direito natural que individualmente é de aplicação nociva porque ele tem como princípio da sua existência o egoísmo.

O egoísmo e suas derivantes é uma condição inerente a todas as seres animais e vegetais. E' a razão da acção individual e, beneficiando da educação do espírito, este anulando a insociabilidade tornando possível o acordo donde resulta o Direito jurídico.

Mas esse egoísmo, precisamente por ser uma condição natural inerente à

existência física, cria e valoriza o direito natural, que é, por sua vez, o princípio, a razão da sua existência.

«Eu vivo; sou uma potência física. A existência impõe-se-me; portanto preciso alimentar-me, vestir-me, calçar-me; tenho direito a todos os benefícios possíveis. Destruírei, pois, todos os obstáculos que se oponham à satisfação das minhas necessidades. Demais a mais produzo...»

A conservação da existência é uma imposição da natureza. E' um direito natural. Não é perfeitamente aceitável? Se a natureza não admite, mesmo, contestação...

A existência justifica-se com a necessidade da própria existência.

Educa-se o espírito moldando o egoísmo no cadinho social afim de que ele não prejudique a harmonia entre os homens. Demonstra-se-lhe que se ele tem necessidade de existir, os outros também a têm.

Os espíritos colgam-se para a satisfação das muitas necessidades e dessa coligação resulta um bem ou um mal. O princípio é o mesmo: o direito natural; a resultante é idêntica: o Direito jurídico.

Mas se o direito natural se impõe ao indivíduo pela satisfação do egoísmo; se o espírito, detentor deste pela educação é susceptível de sociabilidade, essa sociabilidade, de esse contrato que estabelece o Direito jurídico tem, como meio condutor, a educação; e assim, seria crível que dela resultasse, não esta civilização semi-bárbara que apezar disso, é um triunfo da moral, mas uma outra, aquela a que aspiramos, onde desapareçam de vez as anomalias que nesta observamos. Porque é que o Direito jurídico não é mais humano, tendo como base o direito natural e como meio de transformação a educação?

Não no-lo diz o seu critério. Ele impõe-se como razão histórica.

Diz que sempre existiu; fundamenta-se na antiguidade e impõe-se pela hereditariedade.

Ora, no Direito jurídico estão ligadas todas as instituições que queremos revolucionar: a Lei escrita, o Estado, a Propriedade, a Moral, etc.; e como ele se não fundamenta em um critério lógico mas sim na irreduzibilidade histórica, temos que procurar na sua função histórica o critério da sua moral para avaliarmos do seu positivismo, compreendemos como se operou essa grande anomalia social e verificarmos bem que ele, apesar de ser a razão da actual organização, não destrói filosoficamente os nossos princípios. Se queremos transformar, devemos saber o que queremos fazer; mas também devemos saber como se fez o que pretendemos transformar. Deve destruír-se tão metódicamente como se construiu.

Para conscienciosamente impormos o nosso critério precisamos conhecer até à origem os fundamentos do critério que combatemos.

Batido no seu reduto histórico, o Direito jurídico terá que se render à evidência da nossa lógica.

In illo tempore...

Mas não será demasiada ousadia da minha parte abordar um assunto tão importante? Eu não tenho idoneidade para o fazer.

A mediocridade literária, os erros de filologia, as imperfeições de estilística, não irão aminorar as minhas intenções que são uma demonstração de positivismo?

Por outro lado...

Eu não receio os reparos de qualquer Contre, Lamartine ou Gonçalves Viana porque que me leem são operários.

Além disso, entre estes há rapazes muito mais versados do que eu e eles são os culpados desta monstruosidade literária por se não anteciparem e eu socorro-me de autores consagrados que por sua vez citam outros que são em grau superior.

(Conclui)

Delfim de Sousa PINHEIRO

ALERTA! ALERTA!

OUTRA ARREMETIDA!

Na quinta da Conceição em Chelas pretende-se pôr em execução um plano vil

Fomos informados de que os proprietários da Quinta da Conceição, em Chelas, onde habita muita gente pobre, e grande número de operários, pretende fazer sair amanhã os desgraçados inquilinos.

E' outra tentativa criminosa, a guisa do que se pretendem pôr em prática no Convento das Bernardas.

Mais um crime a juntar aos inúmeros crimes dos senhores e sublocatários, que julgam a ocasião oportuna para formar novo salto.

Consequi *A Batalha*, com o seu protesto energético, evitar que os setecentos habitantes do antigo Colégio de Nossa Senhora da Conceição fossem esmagados, e não será também com o silêncio deste jornal que outro crime do mesmo género se praticará.

Aqui estamos sempre prontos a revelar ao grande público, ao público que quer ser elucidado com verdades, o que são os maneios daqueles que se sentem protegidos por um projecto que, uma vez transformado em lei, lhes facultará, ou sancionará, todas as injustiças, as infâmias.

